

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2025.Vol11.n71.pp16-33>



Marlene Valaski Bortoli

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

Resumo

O presente estudo aborda a inclusão de estudantes autistas no contexto escolar, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na atuação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). O AEE, regulamentado por normativas nacionais, tem o objetivo de eliminar barreiras e ampliar as oportunidades de aprendizagem, garantindo um ensino equitativo para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa destaca a importância da articulação entre os professores do ensino regular e os profissionais do AEE para assegurar uma educação inclusiva de qualidade. A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, analisando produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2024. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legislativos, a efetivação da inclusão ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de formação continuada para os docentes, escassez de recursos pedagógicos e dificuldades estruturais nas escolas. Evidencia-se que o fortalecimento de políticas públicas, investimentos na capacitação docente e a estruturação das SRM são essenciais para garantir a participação ativa e o desenvolvimento integral dos estudantes autistas no ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Challenges and possibilities of Multifunctional Care for autistic students: an analysis of inclusive education

Abstract

The present study addresses the inclusion of autistic students in the school context, with an emphasis on Specialized Educational Assistance (AEE) and the performance of Multifunctional Resource Rooms (SRM). AEE, regulated by national regulations, aims to eliminate barriers and expand learning opportunities, ensuring equitable education for students with Autism Spectrum Disorder (ASD). The research highlights the importance of coordination between regular education teachers and AEE professionals to ensure quality inclusive education. The methodology used is based on a qualitative approach through bibliographical research, analyzing academic productions published between 2020 and 2024. The results indicate that, despite legislative advances, the implementation of inclusion still faces significant challenges, such as the lack of continued training for teachers, scarcity of pedagogical resources and structural difficulties in schools. It is evident that the strengthening of public policies, investments in teacher training and the structuring of SRM are essential to guarantee the active participation and integral development of autistic students in the school environment.

Keywords: Inclusion, Specialized Educational Service (AEE), Multifunctional Resource Rooms (SRM).

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

Introdução

A inclusão de estudantes autistas no ambiente escolar exige estratégias pedagógicas específicas e recursos educacionais que promovam seu pleno desenvolvimento e participação. Nesse cenário, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) têm se consolidado como espaços fundamentais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecendo suporte complementar às práticas do ensino regular e respondendo às necessidades individuais desses alunos.

Por meio de práticas pedagógicas adaptadas e da atuação de profissionais capacitados, as SRM visam fortalecer a autonomia, a aprendizagem e a inserção social da criança autista na dinâmica escolar. No entanto, a efetividade desse atendimento depende de múltiplos fatores, como a formação continuada dos profissionais envolvidos, a articulação com as famílias e a disponibilidade de materiais e recursos adequados. Além disso, a integração entre o AEE e o ensino regular é essencial para que a inclusão se concretize de maneira significativa e não se limite a uma inserção formal.

Dessa forma, compreender o funcionamento e os desafios das Salas de Recursos Multifuncionais no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é essencial para refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas, analisar as políticas públicas vigentes e propor caminhos que efetivem uma educação verdadeiramente democrática, equitativa e acessível para todos.

Políticas Públicas e normativas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes autistas

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial inserido na educação básica com o propósito de fortalecer o processo de inclusão dos estudantes que

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

fazem parte do público-alvo dessa modalidade. Sua atuação envolve a promoção de diálogos e a implementação de ações na escola que favoreçam a participação ativa desses alunos em diversas experiências e vivências no ambiente escolar. Esse atendimento busca complementar o desenvolvimento socioemocional, sociocultural, intelectual, sensorial, comportamental e psicomotor de estudantes com deficiência, seja ela física, intelectual, sensorial ou múltipla, oferecendo estímulos, desafios e intervenções pedagógicas conforme a Resolução n.º 4/2009 (Brasil, 2009, p. 1):

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a finalidade de ampliar as oportunidades de aprendizado e inclusão dos estudantes com deficiência, oferecendo suporte adicional ao ensino regular. Para isso, disponibiliza recursos, adaptações e metodologias que possibilitam a supressão de barreiras que possam dificultar o desenvolvimento acadêmico e a participação ativa desses alunos no meio escolar e social. Dessa forma, o AEE não substitui o ensino convencional, mas atua como um suporte essencial para garantir que cada estudante tenha acesso a um processo educativo mais equitativo e adequado às suas necessidades. Assim:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 2011, p.2).

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

Esse suporte visa eliminar obstáculos, proporcionando condições que favoreçam alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como o autismo e altas habilidades, garantindo sua plena integração no processo educacional.

Uma vez que é direito do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) estar no espaço escolar regular, conforme (Brasil, 2011, p.1):

Art. 1º O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I -garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II -aprendizado ao longo de toda a vida; III -não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV -garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais.

Atendimento esse, que tem o intuito de atender os seguintes objetivos, segundo o decreto 7.611/2011, (Brasil, 2011, p. 2):

Art. 3º. São objetivos do atendimento educacional especializado: I prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

A aplicação das leis que asseguram o direito à educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um avanço significativo na construção de um sistema educacional inclusivo no Brasil. Tais normativas reforçam o compromisso do Estado em promover

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

a igualdade de oportunidades. Nesse contexto, as diretrizes legais orientam a oferta de um ambiente escolar acessível, com adaptações necessárias que respeitem as particularidades de cada estudante, promovendo sua permanência e aprendizagem efetiva.

Ao promover a adaptação do ensino às necessidades individuais, reforçar a conexão entre a educação especial e o ensino regular e viabilizar a continuidade dos estudos, o AEE contribui significativamente para a equidade no ambiente escolar e para a autonomia dos alunos ao longo de sua trajetória educacional.

Nesse sentido, a parceria entre a SRM e o professor regente é fundamental, conforme descrito Nota Técnica n.º 24/2013, (Brasil, 2013, p. 5): “[...] os professores das classes comuns e os do AEE devem manter interlocução permanente visando a efetivação da acessibilidade ao currículo e um ensino que propicie a plena participação de todos.”

A colaboração entre os docentes do ensino regular e os profissionais do AEE é essencial para promover a inclusão efetiva dos estudantes. Esse trabalho conjunto possibilita a adaptação de estratégias pedagógicas, assegurando que todos os alunos tenham acesso ao currículo de maneira equitativa. Além disso, essa parceria fortalece a construção de um ambiente escolar mais acessível, onde a participação ativa de cada estudante é garantida, respeitando suas necessidades individuais e favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Diante do exposto, fica evidente que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel essencial na inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, garantindo que tenham acesso a um ensino equitativo e adaptado às suas necessidades. A atuação desse serviço, aliada à colaboração entre os professores do ensino regular e os profissionais do AEE, fortalece a construção de um ambiente escolar acessível e acolhedor, promovendo a autonomia e o desenvolvimento integral dos alunos. Dessa

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

forma, ao eliminar barreiras e assegurar condições para a continuidade dos estudos, o AEE contribui para a efetivação do direito à educação inclusiva, consolidando práticas pedagógicas que favorecem a participação de todos e reforçam o compromisso com uma escola verdadeiramente democrática e acessível.

A atuação das Salas de Recursos Multifuncionais no Atendimento a Estudantes Autistas

Segundo Mantoan (2011), a organização da Educação Especial no Brasil, em diversos momentos, esteve baseada em modelos de caráter assistencialista, que classificavam os indivíduos conforme suas deficiências e adotavam uma abordagem segregacionista. Essa estrutura resultava na exclusão dessas pessoas do convívio social e de um sistema educacional integrado. Mantoan (2011) ainda afirma que, com o surgimento de campanhas voltadas para cada tipo específico de deficiência, o poder público passou a assumir a responsabilidade por essa modalidade de ensino, começando pela educação de surdos e, posteriormente, ampliando as ações para outras deficiências.

E no centro desse processo surge o professor do AEE, cuja atuação envolve múltiplos desafios e responsabilidades, tornando fundamental a criação de condições que favoreçam seu trabalho e a efetividade da inclusão.

Uma vez que a inclusão escolar de estudantes com deficiência demanda um conjunto de ações que vão além da adaptação curricular, exigindo a colaboração de diferentes agentes educacionais. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel essencial ao oferecer suporte pedagógico complementar, garantindo que esses alunos tenham acesso a estratégias e recursos adequados às suas necessidades. Com o fortalecimento das legislações inclusivas, a

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

Educação Especial deixou de ser um sistema paralelo e passou a atuar de forma complementar, garantindo maior equidade e acessibilidade ao ensino.

Gomes e Machado (2020) afirmam que, quando se fala de inclusão, não é apenas o fato de se colocar um aluno especial dentro da sala de aula, mas permitir que ele possa socializar com os demais alunos e que desenvolva suas inúmeras habilidades. Nessa perspectiva, o trabalho do professor AEE torna-se fundamental, pois, como apontam Bragança, Lione e Cavalcanti (2023), esse profissional enfrenta inúmeros desafios em sua prática diária, desde a desconstrução de paradigmas dentro da escola até a orientação dos responsáveis e dos profissionais de apoio escolar. Além disso, ele desempenha um papel essencial na articulação de estratégias que favoreçam a inclusão de estudantes com deficiência, oferecendo suporte direto aos alunos e auxiliando em seu desenvolvimento acadêmico, social e familiar.

Nesse sentido, a atuação do professor do AEE não se limita apenas ao atendimento direto aos alunos, mas também à mediação entre diferentes agentes educacionais, promovendo um trabalho colaborativo entre docentes da sala regular, equipe gestora e famílias. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da adoção de práticas pedagógicas alinhadas às necessidades dos estudantes com deficiência, bem como da sensibilização de toda a comunidade escolar para a importância da inclusão (Mantoan, 2015).

Como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve desafios em diferentes áreas do desenvolvimento, a abordagem educacional deve ser abrangente, considerando não apenas o aspecto pedagógico, mas também a comunicação, o comportamento e as necessidades sensoriais dos alunos. Nesse contexto, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) desempenham um papel essencial ao oferecer suporte especializado, adaptando materiais e estratégias para garantir a inclusão efetiva desses estudantes. O Atendimento Educacional Especializado, realizado nessas

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

salas, possibilita intervenções que auxiliam no desenvolvimento da autonomia, na ampliação da comunicação e na participação ativa na escola e na sociedade.

A resolução n.º 04/2009, no Art.13, aponta para o papel do professor especialista:

I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. (BRASIL, 2009, p.03).

No entanto, para que esse processo seja efetivo, é essencial que o professor do AEE tenha acesso à formação continuada, materiais adequados e suporte institucional, possibilitando a superação dos desafios e a garantia de um ensino de qualidade para todos.

Nesse sentido, além da formação sólida e específica, é importante que o profissional AEE acolha e tenha um olhar sensível para conhecer a singularidade de cada um dos seus alunos. Essa postura favorece a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, no qual as necessidades individuais são respeitadas e atendidas por meio de estratégias pedagógicas adaptadas. Além disso, segundo Bortoli (2024), o acolhimento contribui para o fortalecimento do vínculo entre o profissional e o aluno, promovendo a confiança, a motivação para a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança no contexto escolar e social.

Consolidando esse panorama, observa-se que a construção de uma escola inclusiva demanda não apenas o cumprimento das legislações vigentes, mas, sobretudo, o envolvimento ativo de profissionais qualificados e sensíveis às singularidades dos alunos com deficiência. No caso das crianças com TEA, esse compromisso assume contornos ainda mais complexos, exigindo estratégias pedagógicas personalizadas e ações integradas entre os diversos agentes educacionais. A relevância

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

do AEE, somada à estrutura das Salas de Recursos Multifuncionais e ao acolhimento promovido pelos educadores, revela um caminho promissor, mas que ainda carece de aprofundamento e reflexão sobre sua efetividade nas práticas cotidianas.

Metodologia

Este estudo adotará uma abordagem qualitativa, cujo objetivo principal é compreender as percepções e desafios da inclusão escolar no contexto das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), a partir da análise de pesquisas já realizadas sobre o tema.

A abordagem qualitativa, conforme Creswell (2010), caracteriza-se por ser um processo de investigação naturalista, no qual o pesquisador busca interpretar fenômenos em seus contextos específicos. Diferente dos estudos quantitativos, que trabalham com dados estatísticos, a pesquisa qualitativa valoriza a subjetividade, a construção de significados e as experiências dos sujeitos envolvidos, permitindo uma compreensão mais aprofundada da realidade investigada.

O principal procedimento metodológico adotado neste artigo é a pesquisa bibliográfica, baseada no mapeamento e análise de produções acadêmicas sobre Inclusão Escolar e Salas de Recursos Multifuncionais. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, com o objetivo de compreender e discutir um tema a partir de diferentes perspectivas teóricas e empíricas.

Para a realização do mapeamento bibliográfico, foram considerados estudos publicados entre 2020 e 2024, priorizando aqueles que abordam a inclusão de estudantes TEA na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, bem como o papel desempenhado pelos professores AEE nas SRM. Os critérios de seleção das fontes bibliográficas incluíram: estudos publicados em periódicos científicos

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

reconhecidos na área da Educação e Educação Especial; dissertações e teses disponibilizadas em repositórios acadêmicos de universidades brasileiras e pesquisas que discutem a implementação das políticas públicas de inclusão e as práticas pedagógicas no AEE.

Ao adotar essa metodologia, o estudo busca contribuir para a reflexão sobre as práticas inclusivas no contexto das Salas de Recursos Multifuncionais, revisitando os desafios enfrentados pelos professores, as estratégias utilizadas no atendimento especializado e as lacunas existentes na implementação das políticas de inclusão.

Resultado e discussões: desafios enfrentados por professores e Profissionais da Educação no atendimento multifuncional

Com base em estudos de Bortoli (2024), Gomes e Machado (2020) e Santos et al. (2021), é possível perceber que a inclusão escolar e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorrem conforme os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, ainda persistem diversas lacunas nesse processo. Esses estudos apontam que a ausência de formação inicial e/ou continuada constitui o principal desafio enfrentado pelos profissionais no atendimento a crianças autistas, tanto em salas regulares quanto nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Gomes e Machado (2020) destacam que muitos profissionais não se sentem seguros para atuar, especialmente pela falta de uma formação adequada, pela fragilidade na articulação com outros docentes e com a gestão escolar, bem como pela carência de assistência, materiais pedagógicos e estrutura física que realmente favoreçam uma prática inclusiva de qualidade.

A inclusão escolar exige um compromisso institucional que vá além das práticas individuais dos docentes, envolvendo investimentos em formação continuada, colaboração entre profissionais

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

e suporte efetivo por parte da gestão. Nesse contexto, desafios estruturais e organizacionais ainda representam entraves significativos, dificultando a consolidação de um ambiente escolar verdadeiramente acessível e inclusivo. A ausência de políticas educacionais eficazes, somada à escassez de recursos didáticos e de infraestrutura adequada, amplia as dificuldades enfrentadas pelos professores e compromete a qualidade do ensino oferecido aos estudantes público-alvo da educação especial.

Em relação à formação docente, que se mostra como um dos principais desafios apontados pelos estudos analisados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu artigo 59, inciso III, que estudantes com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos por profissionais devidamente habilitados, em nível médio ou superior. A legislação também prevê a formação adequada dos docentes do ensino regular para promover a inclusão dos alunos nas turmas comuns (Brasil, 1996).

Essa garantia é reforçada por normativas complementares que especificam as exigências para os profissionais do AEE. O artigo 12 da Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 enfatiza a importância de uma formação inicial voltada ao exercício da docência, acompanhada de capacitação específica em Educação Especial. A Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 (Brasil, 2001), ao estabelecer diretrizes para a educação especial na educação básica, também detalha os critérios de formação exigidos para os professores especializados. Conforme o artigo 18:

- § 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:
(I) formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
(II) complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Brasil, 2001).

A legislação, portanto, determina que os profissionais do AEE tenham formação em Educação Especial, preferencialmente articulada à licenciatura em Educação Infantil ou nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para atuar nos anos finais e no Ensino Médio, exige-se complementação ou especialização específica. Além disso, há a previsão de formação continuada para professores em exercício, promovida pelas diferentes esferas governamentais, de forma a garantir o aperfeiçoamento contínuo e a efetividade das práticas inclusivas.

Santos et al. (2021) afirmam que, apesar da previsão legal da formação docente, suas pesquisas evidenciam que nem todos os profissionais atuantes nas SRM possuem formação específica ou tiveram acesso a uma formação de qualidade. Essa lacuna compromete diretamente a implementação da educação inclusiva, uma vez que, sem preparo adequado, muitos docentes enfrentam dificuldades para aplicar metodologias inclusivas, adaptar materiais didáticos e oferecer suporte eficiente aos alunos com deficiência. A ausência de formação continuada também pode gerar insegurança, prejudicando a mediação da aprendizagem e o trabalho colaborativo com a equipe pedagógica e as famílias.

Diante desse contexto, torna-se evidente que a formação docente voltada à inclusão escolar precisa ser não apenas prevista, mas efetivamente garantida. É fundamental que os profissionais adquiram conhecimentos teóricos e práticos que os preparem para lidar com a diversidade em sala de aula. A falta de uma preparação adequada compromete a qualidade do ensino oferecido aos alunos público-alvo da educação especial e sobrecarrega os professores, que muitas vezes

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

buscam, por conta própria, estratégias para suprir essas lacunas. Assim, é essencial que as políticas educacionais assegurem a obrigatoriedade e a efetivação de uma formação inicial e continuada de qualidade. Apenas com esse investimento será possível consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva, que garanta a todos os estudantes acesso equitativo e de qualidade.

Considerações finais

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar representa um compromisso com a construção de uma educação democrática, equitativa e acessível a todos. Neste estudo, foi possível evidenciar o papel central do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) na efetivação desse direito, considerando as particularidades e as necessidades específicas do público-alvo da Educação Especial. As normativas analisadas reafirmam o dever do Estado em garantir a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes no ensino regular, por meio de estratégias pedagógicas, recursos acessíveis e ações colaborativas entre os diversos profissionais da escola.

A análise bibliográfica revelou que, embora haja avanços significativos no campo legislativo e conceitual, a realidade escolar ainda enfrenta importantes desafios na implementação de práticas inclusivas efetivas. A carência de formação inicial e continuada dos docentes, a escassez de recursos pedagógicos adaptados, a falta de articulação entre os diferentes agentes educacionais e as deficiências na infraestrutura escolar constituem barreiras concretas para a plena inclusão de estudantes autistas. Esses fatores comprometem não apenas a qualidade do atendimento prestado nas SRM, mas também a construção de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e responsável às singularidades desses alunos.

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

Dessa forma, reforça-se a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que garantam formação docente contínua e específica em Educação Especial, além de investimentos estruturais nas unidades escolares e no fortalecimento das Salas de Recursos Multifuncionais. A atuação sensível, colaborativa e qualificada dos profissionais do AEE é imprescindível para a promoção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças, ampliem a autonomia e favoreçam o desenvolvimento integral das crianças com TEA. A efetivação da inclusão escolar depende, sobretudo, do comprometimento coletivo da comunidade educativa em romper com modelos excludentes e consolidar uma cultura de valorização da diversidade, onde todos os estudantes possam aprender, conviver e se desenvolver.

Referências

BRAGANÇA, A. C. F. LIONE, V. O. F. CAVALCANTI, D. N. O atendimento educacional especializado no desenvolvimento do estudante com autismo. **Research, Society and Development**, v.12, n.4, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41080/33483>. Acesso em 11 fev. 2025.

BORTOLI, M.V. **O ingresso da criança Autista na Educação Infantil:** percepções docentes sobre inclusão reveladas em estudos do Sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós Graduação em Educação - Curitiba, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001.

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: CNE; CEB, 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Nota técnica Nº 24, de 21 de março de 2013.** Orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3^a ed. Porto Alegre: Artmed; 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, D. S. MACHADO, K. C. S. Educação inclusiva em uma escola do campo de Teresina (PI): da sala regular ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Educação do campo e formação de professores: desafios, resistências e conquistas. **Cadernos Cajuína**, v.5, n.3, setembro-2020. Disponível em: <https://old.cadernoscajuina.pro.br/index.php/cadcajuina/issue/view/15/showToc>. Acesso em 14 fev. 2025.

MANTOAN, M.T.E. **A Educação Especial no Brasil:** da exclusão à inclusão escolar. LEPED/Unicamp. Campinas, 2011.

Desafios e possibilidades do Atendimento Multifuncional para estudantes autistas: uma análise da educação inclusiva

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

SANTOS, J. O. L. SADIM, G. P. T. SCHMIDT, C. MATOS, M. A. S. O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. **Estudos RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 260, 2021.